

RELAÇÃO ENTRE PRINCÍPIOS DE REDAÇÃO DAS DEFINIÇÕES E METALINGUAGEM LEXICOGRÁFICA. UMA ANÁLISE CRÍTICA

RELATIONSHIP BETWEEN THE PRINCIPLES OF DEFINITION AND LEXICOGRAPHIC METALANGUAGE. A CRITICAL ANALYSIS

Virginia Sita Farias¹

RESUMO: Este artigo aborda o problema da formulação de padrões sintáticos para as paráfrases definidoras. Para tanto, deve-se considerar dois aspectos fundamentais: os princípios básicos de redação e a metalinguagem da definição. Os objetivos deste estudo são: (1) analisar a relação existente entre os princípios de redação e a metalinguagem da paráfrase definidora e (2) avaliar as consequências de uma compreensão clara dessa relação na prática lexicográfica.

Palavras-chave: Lexicografia; Metalexigrafia; Definição; Metalinguagem.

ABSTRACT: This paper discusses the issue of development of syntactic patterns for explanatory paráfrases. To this end, it is necessary to consider two fundamental aspects: the principles of definition and the lexicographic metalanguage. The aims of this study are to (1) analyse the relationship between the principles of definition and lexicographic metalanguage, and (2) value the consequences of a clear understanding of this relationship in the lexicographic practice.

Keywords: Lexicography; Metalexigraphy; Definition; Metalanguage.

INTRODUÇÃO

A definição – não sem razão um dos temas mais debatidos² no âmbito (meta)lexicográfico³ – é um objeto complexo, cuja apreensão global pressupõe uma análise que seja capaz de integrar distintos pontos de vista. Nesse sentido, Bugueño Miranda (2009) postula que uma teoria da definição deve ancorar-se em três parâmetros: (a) uma taxonomia de paráfrases definidoras, (b) um padrão sintático e (c) uma teoria semântica. A taxonomia de paráfrases permite oferecer uma imagem de conjunto da variada gama de possibilidades de reescrita que o lado direito da equação lexicográfica comporta.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Entre os trabalhos clássicos sobre o tema, mencionamos: Casares (1992), Rey-Debove (1966; 1971), Pottier (1977), Werner (1982), Bosque (1982), Wiegand (1989c; 1999a; 1999b; 1999c) e Lara (1996).

³ Estabelece-se aqui uma distinção no emprego das expressões *metalexigrafia* [ou *metalexigráfico(a)*] e *(meta)lexicografia* [ou *(meta)lexicográfico(a)*]. No primeiro caso, referimo-nos especificamente à teoria lexicográfica; no segundo caso, referimo-nos à lexicografia tanto em seu viés prático (*lexicografia*) como em seu viés teórico (*metalexigrafia*). A expressão *(meta)lexicografia*, portanto, equivale a “lexicografia metalexigrafia”.

A geração de padrões sintáticos, por sua vez, possibilita obter modelos distintos de redação para cada tipo específico de signo-lema. Por fim, a teoria semântica constitui um instrumento heurístico que atua tanto na delimitação do conteúdo proposicional da paráfrase como na determinação do seu potencial explicativo⁴.

O presente estudo restringe-se ao problema da formulação de padrões sintáticos para as paráfrases definidoras – levando em "conta" também, evidentemente, as relações que se podem estabelecer com os demais parâmetros definidos em Bugueño Miranda (2009). Na formulação de padrões sintáticos, há dois aspectos que devem ser considerados: os princípios básicos de redação e a metalinguagem da paráfrase definidora. Embora a literatura especializada costume tratá-los como variáveis independentes⁵, ambos os aspectos estão intimamente relacionados. Os objetivos deste estudo são, portanto, (a) do ponto de vista da teoria metalexigráfica, analisar a relação existente entre os princípios de redação e a metalinguagem da paráfrase definidora e (b) do ponto de vista da prática lexicográfica, avaliar as consequências de uma compreensão clara dessa relação no fazer dicionarístico.

A fim de cumprir o primeiro objetivo proposto, far-se-á uma breve apresentação e apreciação crítica dos princípios básicos de redação debatidos na literatura especializada. Na sequência, serão discutidos os problemas – e limites – evidenciados no momento em que se tenta estabelecer uma relação entre os princípios redacionais e os diferentes tipos de metalinguagem da definição. Para dar "conta" do segundo objetivo, analisar-se-ão dicionários semasiológicos – ou seja, dicionários cuja principal função, independentemente de serem poli- ou monofuncionais,⁶ é apresentar o significado das palavras, caracterizando-se, portanto, pela presença de paráfrases definidoras (cf. HAUSMANN, 1989) – de algumas das principais tradições lexicográficas ocidentais.

⁴ Sobre a taxonomia de paráfrases e o padrão sintático, cf.: f. Bugueño Miranda (2009), Farias (2009a, p. 164-214; 2013, p. 197-219) e Bugueño Miranda & Farias (2011a); sobre a relação entre teoria semântica e definição lexicográfica, cf.: f. Farias (2012; 2014; 2015; 2016; 2017) e Bugueño Miranda & Farias (2011b; 2013a; 2013b).

⁵ Citamos, para ilustrar, Rey-Debove (1971; 1989), Seco (2003) e Martínez de Souza (1995, s.v. **definición lingüística**; 2009). Deve-se esclarecer, aqui, que é sobretudo no âmbito da lexicografia francesa e hispânica que o tema da metalinguagem da definição cobra relevância. No âmbito da lexicografia germânica, por exemplo, a dicotomia metalinguagem de signo / metalinguagem de conteúdo é (re) interpretada em termos de comentário de forma/comentário semântico (Cf.: f., por exemplo, WIEGAND, 1989a; 1989b; BUGUEÑO MIRANDA, 2004).

⁶ Kühn (1989) estabelece uma oposição básica na classificação dos dicionários semasiológicos fundamentada em critérios funcionais – ou seja, o uso efetivo do dicionário. Dessa forma, de um lado estão os dicionários gerais (polifuncionais) e, do outro, os dicionários especiais (monofuncionais). Os dicionários polifuncionais contêm um número determinado de informações "básicas", que podem interessar a um grupo bem amplo de usuários, em diferentes situações de consulta. São dicionários polifuncionais os dicionários gerais monolíngues, também conhecidos no meio acadêmico brasileiro como "dicionário padrão". Os dicionários monofuncionais, por sua vez, destinam-se à resolução de problemas linguísticos específicos de um grupo restrito de usuários. De acordo com essa concepção, seriam dicionários monofuncionais, por exemplo, os dicionários escolares, bem como os dicionários monolíngues para aprendizes de línguas estrangeiras – internacionalmente conhecidos como **learner's dictionaries**. Destaca-se, contudo, que as diferenças entre dicionários poli e monofuncionais relacionam-se, principalmente, à seleção da nomenclatura, no nível macroestrutural, e à delimitação do tipo e número de segmentos informativos apresentados no interior de cada verbete, no nível microestrutural. Em relação à redação das paráfrases definidoras, sem embargo, não se verificam tantas diferenças, principalmente tendo em vista o padrão sintático e o emprego de distintas metalinguagens, que são os aspectos que aqui nos interessam.

REVISÃO CRÍTICA DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE REDAÇÃO DAS PARÁFRASES DEFINIDORAS

Os manuais de lexicografia – referimo-nos especificamente a Landau (2001), Jackson (2002), Porto Dapena (2002), Atkins & Rundell (2008), Svensén (2009), Schlaefer (2009) e Martínez de Souza (2009) – costumam dividir sua atenção entre a exposição dos princípios redacionais das paráfrases e a apresentação de tipologias – com uma vantagem ínfima para o primeiro aspecto.⁷

A análise das obras supramencionadas permitiu-nos chegar a uma síntese crítica dos princípios de redação das paráfrases.⁸

PRINCÍPIO DA SINONÍMIA

A lei da sinonímia [*ley de la sinonimia*] – o mais básico dos princípios redacionais – remonta à noção de “equação” entre *definiendum* e *definiens* (cf.: FREGE, 1962), bem como sua (re)interpretação (meta)lexicográfica em termos de “equação sêmica” (cf.: REY-DEBOVE, 1966), ou “sinonímia lexicográfica” (cf.: DUBOIS; DUBOIS, 1971). Esse princípio postula que “a definição é sinônima da unidade léxica definida”⁹ (MARTÍNEZ DE SOUZA, 2009, p. 153). Para que se possa comprovar a sinonímia, é preciso submeter a definição à “prova da substituição” [*sustituibilidad; substitubility*] ou “comutação” [*conmutabilidad*], segundo a qual, o *definiens* deve poder substituir o *definiendum* em um enunciado, sem que se altere seu sentido.

Uma paráfrase como *enloquecer* “Volverse loco” (DUEE, 2001, s.v., ac.1.1) deixa-se aplicar sem problemas à prova da substituição:

- (1) Don Quijote *enloqueció* con tanta lectura.
Don Quijote *se volvió loco* con tanta lectura.

A importância atribuída a esse princípio definitório é tamanha que Seco (2003, p. 32) chega ao ponto de afirmar que “a substituição é o banco de provas da definição”,¹⁰

⁷ Elude-se, portanto, frequentemente, uma discussão explícita acerca dos modelos semânticos que subsidiam / poderiam subsidiar a redação das paráfrases. Exceções seriam, por exemplo, Atkins & Rundell (2008, pp. 414-431), que abordam o problema da definição atrelando-o a um modelo semântico, e Svensén (2009, pp. 217-221; 224-226), que opõe o esquema tradicional de definição ao que ele denomina “definição prototípica”, com base no modelo semântico que fundamenta a formulação das paráfrases. Não obstante, embora seja frequente a ausência de uma referência ao(s) modelo(s) semântico(s) que sustentam / poderiam sustentar a redação das definições, esse aspecto, evidentemente, aparece, ainda que implícita e indiretamente, nos manuais de lexicografia. Isso pode ser demonstrado através da própria concepção de definição que assumem, à qual geralmente subjaz o modelo **genus proximum et differentia(e) specifica(e)**. Landau (2001) evidencia isso, ao iniciar seu capítulo sobre a definição remetendo-se à clássica distinção entre “definição lógica” [**logical definition**] e “definição lexical” [**lexical definition**].

⁸ Ressalta-se que os princípios básicos expostos nos próximos parágrafos são amplamente aceitos pela (meta)lexicografia. À esse respeito, cf.: cf.: f. também Seco (2003), Medina Guerra (2003) e Thumb (2004).

⁹ [la definición es sinónima de la unidad léxica definida]

¹⁰ [la sustituibilidad es el banco de pruebas de la definición]

asserção que, por sua vez, é corroborada por Canellada (1988, p. 130).¹¹ A aplicação da prova da substituição, entretanto, pressupõe o cumprimento de uma série de condições – que podem ser consideradas como princípios definitórios subordinados ao primeiro:

(SUB)PRINCÍPIO DE IDENTIDADE CATEGORIAL (OU FUNCIONAL)

Para que a paráfrase possa substituir o signo-lemma em um enunciado, faz-se necessária a manutenção do isomorfismo de categoria morfológica. Em definições por *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*, o termo genérico sempre deverá pertencer à mesma categoria morfológica da unidade léxica definida. Em consequência disso, os manuais de lexicografia costumam dedicar-se a estipular regras específicas para cada uma das classes gramaticais (cf.: LANDAU, 2001, pp. 138-144; PORTO DAPENA, 2002, pp. 298-307; ATKINS; RUNDELL, 2008, pp. 445-448; SVENSÉN, 2009, pp. 228-233; MARTÍNEZ DE SOUZA, 2009, pp. 153-157).¹²

Apresenta-se, a seguir, a título de ilustração, alguns exemplos de paráfrases que respeitam rigorosamente o princípio de identidade categorial:

(2) Substantivos:

donna “Essere umano adulto di sesso femminile” (PCDIt, 2009, s.v.)

Frau “erwachsene Person weiblichen Geschlechts” (DGW, 1999, s.v., ac.1)

(3) Verbos:

fotocopiar “Hacer una fotocopia de algo” (DUEe, 2001, s.v.)

ver “conhecer (os objetos externos) por meio do sentido da visão” (MiE, 1999, s.v., ac.1)¹³

(4) Adjetivos:

canalla “[persona] que es despreciable por su comportamiento vil” (DUEAe, 2003, s.v., ac.1)¹⁴

rechtmäßig “gemäß Recht und Gesetz richtig” (PGWDaF, 2011, s.v.)

¹¹ Weinreich (1967, p. 39), não obstante, já expressava uma opinião fundamentalmente contrária, argumentando que os dicionários estão limitados pelo fato de que “a definição deve ser um sintagma endocêntrico, sujeito aos papéis sintáticos correntes da língua-objeto, um sintagma funcionalmente equivalente aos termos definidos. [...] Essa convenção, embora favoreça a elegância, parece convir à demanda de intermutabilidade entre o termo e sua definição, o que é irrisório em se tratando de línguas naturais” [the definition must be an endocentric phrase, subject to the rules of ordinary object-language syntax, a phrase functionally equivalent to the defined terms. [...] This convention, though conducive to elegance, seems due to a claim of interchangeability between the term and its definition, which is preposterous for natural languages].

¹² Além disso, não são incomuns estudos que tratam especificamente de uma determinada classe gramatical, como, por exemplo: Canellada (1988) e Seco (2003, pp. 47-58), sobre os verbos; Beneduzi (2004) e Beneduzi, Bugueño Miranda & Farias (2005), sobre os substantivos e verbos; Lang (1989), Fornari (2009) e Farias (2015; 2016), sobre as conjunções; Wiegand (1982) e Wolski (1989), sobre advérbios e elementos modalizadores.

¹³ Em ambos os casos, o objeto direto – correspondente ao contorno da definição (Cf.: f. SECO, 2003, p. 47-58; MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; 2009, p. 157-159) – está formalmente separado do seu conteúdo por meio do emprego de símbolos gráficos. Isso indica que tais elementos devem ser desconsiderados no momento da aplicação da prova da substituição.

¹⁴ De modo similar ao que acontece com a definição dos verbos, a restrição de atribuição do adjetivo está formalmente separada do conteúdo da definição por meio do emprego de símbolos gráficos.

(5) Advérbios:

beforehand “earlier (than a particular time); in advance” (CDAE, 2006, s.v.)

frecuentemente “De manera frecuente” (DUEe, 2001, s.v.)

(SUB)PRINCÍPIOS DE CONCISÃO, ABRANGÊNCIA E CIRCULARIDADE

Esses princípios são introduzidos por Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*)¹⁵. Segundo o critério da concisão [*concisión*], a definição deve conter tão somente os caracteres essenciais da unidade léxica definida, apresentados em um único período. O critério da abrangência [*compleción*], por sua vez, preconiza que a definição, embora concisa, deve ser suficiente, a ponto de corresponder rigorosamente à unidade léxica que se define¹⁶. Por fim, de acordo com o critério da circularidade [*circularidad*]¹⁷, deve-se estabelecer uma relação tal entre *definiendum* e *definiens*, que o primeiro possa converter-se em definição do segundo, e ambos sejam intercambiáveis em situações normais de comunicação sem que se produzam alterações no sentido dos enunciados.

PRINCÍPIO DE AUTOSSUFICIÊNCIA

Esse princípio equivale a um dos critérios já mencionados em Zgusta (1971), de acordo com o qual a definição deveria conter apenas palavras definidas no próprio dicionário. Porto Dapena (2002, p. 275) afirma que o cumprimento desse critério permite evitar as chamadas “pistas perdidas” no dicionário – ou seja, a remissão (nesse caso, indireta) a uma entrada inexistente. Esse princípio, entretanto, pode – e, efetivamente, deve – ser cumprido apenas em dicionários gerais. Em dicionários cuja nomenclatura constitui-se de unidades léxicas marcadas diassistemicamente (por exemplo, dicionários de regionalismos, neologismos, tecnicismos etc.) não será possível obedecer a esse princípio, já que essas obras – devido à sua própria natureza – não poderão apresentar, evidentemente, definições para todas as unidades léxicas usadas na redação da paráfrase definidora.

PRINCÍPIO DE TRANSPARÊNCIA

Esse princípio, de forma análoga ao anterior, também remete a Zgusta (1971). Trata-se, neste caso, de que a definição contenha somente palavras mais compreensíveis (mais correntes ou conhecidas) que o signo-lema. Deve-se advertir, no entanto, que esse princípio “é mais difícil de aplicar, a menos que se trate de definições referentes a um léxico especial, pertencente, por exemplo, a uma determinada

¹⁵ Cf.: também Martínez de Souza (2009, p.152-154).

¹⁶ Os critérios de concisão e abrangência remetem à asserção de Rey-Debove (1966), segundo a qual, a definição deve corresponder a *todo* o conteúdo e *nada mais que* o conteúdo da unidade léxica definida. A esse respeito, cf.: também Seco (2003, p. 20) e Martínez de Souza (2009, p. 153).

¹⁷ A respeito da ambiguidade do termo *circularidade*, cf.: tópico 2.4.

terminologia”¹⁸ (PORTO DAPENA, 2002, p. 276), além do que será um grande problema “decidir que palavras são mais compreensíveis ou simples para o usuário”¹⁹ (PORTO DAPENA, 2002, p. 277). Nesse sentido, Weinreich (1967, p. 37), por exemplo, propunha que a definição deveria conter apenas palavras de frequência mais alta que a da unidade léxica que se define. No entanto, se se leva essa afirmação às últimas consequências, as palavras mais frequentes seriam indefiníveis (cf. SECO, 2003, p. 33-34, nota 6).

PRINCÍPIO DE EVASÃO DA CIRCULARIDADE

Circularidade [circularidad; circularity] é um termo ambíguo; com ele se designa (a) o critério de intercambiabilidade entre *definiendum* e *definiens* e (b) uma condição intrínseca a toda obra lexicográfica, uma vez que as palavras são, ao mesmo tempo, objeto e ferramenta de trabalho do lexicógrafo. Além disso, segundo Porto Dapena (2002), a circularidade, tomada em seu segundo sentido, pode ser vista (i) como uma característica essencial do dicionário, na medida em que as definições, conectadas entre si, formam uma cadeia fechada, ou (ii) como um vício de definição. É justamente a esse segundo aspecto que nos referimos aqui.

O princípio de evasão da circularidade – que remonta novamente a Zgusta (1971) – postula que *definiendum* e *definiens* não devem remeter-se reciprocamente, o que implica que (a) no caso de paráfrases por meio de uma proposição, o enunciado definitório não pode conter unidades léxicas pertencentes à mesma família da unidade que se define, e (b) no caso de definições por meio de sinônimos, estes devem constar como signo-lema na nomenclatura do dicionário e estar definidos mediante uma paráfrase proposicional (Cf.: MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; 2009, p. 179-180; LANDAU, 2001, p. 124-129; SVENSÉN, 2009, p. 226-227). A desatenção a essas especificações pode originar dois tipos de círculos viciosos:

- (6) Círculo vicioso no interior da própria definição:
noiositá “Caratteristica di chi (o di cio che) è noioso” (ZVLI, 2011, s.v.)
noioso “Che procura noia” (ZVLI, 2011, s.v.)
- (7) Círculo vicioso no interior de um sistema de definições:
castigo “Pena, punição” (MiMe, 2000, s.v., ac.2)
pena “Castigo, punição” (MiMe, 2000, s.v. *pena*², ac.1)
punição “Pena, castigo” (MiMe, 2000, s.v.)

PRINCÍPIO DE ANÁLISE

Porto Dapena (2002) propõe, explicitamente, como um dos princípios da definição, que ela corresponda a uma “análise componencial” do significado do signo-lema:

¹⁸ [es más difícil de aplicar, a menos que se trate de definiciones referentes a un léxico especial perteneciente, por ejemplo, a una determinada terminología]

¹⁹ [decidir qué palabras resultan más comprensibles o sencillas al usuario]

[...] com a diferença de que a definição lexicográfica deverá cumprir uma série de condicionamentos formais, como ter de estar representada por uma frase ou enunciado submetido às regras sintáticas da língua e, ao mesmo tempo, constituído por palavras pertencentes ao léxico comum, ao contrário das análises realizadas pelos semanticistas, consistentes, mais bem, em puras fórmulas realizadas por meio de uma linguagem formalizada especial.²⁰ (PORTO DAPENA, 2002, p. 276)

Os demais manuais, ainda que se abstenham de apresentar a análise componencial como um princípio definitório análogo aos demais anteriormente expostos, consideram-no um pressuposto do processo de definir, na medida em que assumem que a definição – conforme os postulados da lógica – consiste em um “sintagma endocêntrico” [*endocentric phrase*], ou uma “definição sintagmática completamente analítica” [*completaly analytical one-phrase definition*] (Cf.: JACKSON, 2002, p. 94). Pontos de vista similares são defendidos em Landau (2001) e Martínez de Souza (2009).

RESTRIÇÕES AOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE REDAÇÃO E O PROBLEMA DA METALINGUAGEM DA DEFINIÇÃO

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a aplicação dos princípios redacionais descritos – bem como a desobediência a eles – não pode garantir por si só a formulação de “definições elucidativas” – ou, ao contrário, “não elucidativas”.²¹ Mais importante, no entanto, é assinalar a existência de dois problemas fundamentais – com frequência apresentados apenas em segundo plano nos manuais de lexicografia – que restringem o poder de aplicação dos princípios redacionais descritos anteriormente à formulação das paráfrases definidoras:

- a) a ausência de um consenso a respeito do que se deve entender por “significado” – ou “conteúdo semântico” – de uma unidade léxica;
- b) a existência de uma variada gama de possibilidades de reescrita do conteúdo semânticos das unidades léxicas.

O primeiro problema está estreitamente relacionado à variável modelo semântico no âmbito de uma teoria da definição lexicográfica – fato que ressalta a importância de uma visão integradora acerca do objeto de estudo em questão. A principal dificuldade aqui estriba justamente em reconhecer que unidades léxicas pertencentes a categorias morfológicas distintas apresentam significados de “natureza distinta” – que, via de regra, são dificilmente apreensíveis. Um modelo semântico pode lançar luzes sobre a maneira como devemos “olhar” para o significado em cada caso, embora, até o momento, nem os modelos formal e estrutural, por um lado, nem os modelos orientados cognitivamente, por outro, apresentaram resultados completamente satisfatórios (Cf.: BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2013a; 2013b; FARIAS, 2012; 2014; 2015; 2016; 2017).

²⁰ [con la diferencia de que la definición lexicográfica habrá de cumplir una serie de condicionamientos formales, como el tener que estar representada por una frase o enunciado sometido a las reglas sintáticas de la lengua y, a la vez, constituido por palabras pertenecientes al léxico común, frente a los análisis realizados por los semanticistas, consistentes más bien en puras fórmulas realizadas con un lenguaje formalizado especial]

²¹ Sobre a noção de “definição elucidativa” e seus desdobramentos, cf.: Farias (2013, p. 120-126; 131-132).

Em relação ao segundo problema identificado, deve-se observar que os princípios redacionais descritos – mormente os princípios de sinonímia e de análise – referem-se, exclusivamente, a um tipo específico de paráfrase definidora: a definição por *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*. Isso se explica pelo fato de que a (meta) lexicografia fundamentou-se – se não de forma exclusiva, mas seguramente em sua parte mais substancial – nos postulados da lógica, reinterpretados em termos de um modelo semântico estrutural (Cf.: WIEGAND, 1989c).²² Desconsidera-se, entretanto, a existência de uma imensa variedade de tipos de paráfrases. O emprego de um tipo específico de paráfrase, muitas vezes, é determinado pelo tipo de unidade léxica que se define (Cf.: por exemplo, a proposta de FARIAS, 2013, pp. 197-219); em alguns casos, a aplicação do modelo *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* está completamente vetada (por exemplo, no caso das conjunções; Cf.: FORNARI, 2009; FARIAS, 2015; 2016). Daí a necessidade de se pensar a questão da formulação de padrões sintáticos e, conseqüentemente, também a questão dos princípios redacionais, atreladas a uma taxonomia de paráfrases definidoras.

A questão da metalinguagem lexicográfica está intimamente ligada aos dois problemas fundamentais delimitados. J. Rey-Debove é a responsável por introduzir o conceito de metalinguagem no âmbito da lexicografia (Cf.: por exemplo, REY-DEBOVE, 1971); esse conceito seria, posteriormente, adotado pela (meta)lexicografia hispânica e amplamente difundido, sobretudo a partir de Seco (2003). De acordo com Seco (2003), o *definiens* constituir-se-ia de duas partes: a primeira pertenceria à metalinguagem de signo [*metalengua de signo*] – correspondendo ao primeiro enunciado [*primer enunciado*] –, e a segunda pertenceria à metalinguagem de conteúdo [*metalengua de contenido*] – correspondendo, então, ao segundo enunciado [*segundo enunciado*].²³ Designa-se metalinguagem de conteúdo às indicações relativas ao significado do signo-lema – em geral, restritas à paráfrase definidora – e metalinguagem de signo às demais indicações – que, nesse caso, podem aparecer fora ou dentro da paráfrase definidora.²⁴ Dessa forma, é possível presumir que há paráfrases definidoras redigidas tanto em metalinguagem de conteúdo – que seria, em princípio, a metalinguagem própria da definição – como em metalinguagem de signo.

²² Para uma análise exaustiva dos reflexos da teoria tradicional da definição engendrada no âmbito da lógica na prática lexicográfica, cf.: Farias (2013, pp. 59-116).

²³ Segundo nossa concepção, o *definiens* restringir-se-ia à paráfrase definidora (Cf.: Farias, 2013). Essa concepção, portanto, conflita com a proposta de Seco (2003), que faz corresponder ao *definiens* o bloco completo de informações sobre o signo-lema, independentemente da sua natureza. Considerando, no entanto, que sobre o signo-lema, é possível fazer afirmações de cunho tanto semântico, como fonético/fonológico e gramatical, alinhamo-nos à tradição lexicográfica germânica (compartilhada, pelo menos em parte, com a anglo-saxã), e preferimos sobrepor à dicotomia metalinguagem de signo/metalinguagem de conteúdo a dicotomia comentário de forma/comentário semântico. A segmentação dos comentários sobre o signo-lema visa, justamente, a uma separação formal entre, por um lado, segmentos dedicados à apresentação de informações fonéticas/fonológicas e gramaticais e, por outro lado, segmentos dedicados à apresentação de informações semânticas – entre as quais encontra-se a paráfrase definidora (Cf.: WIEGAND, 1989a; 1989b; HARTMANN, 2001; BUGUEÑO MIRANDA, 2004). A preferência pela dicotomia proposta no âmbito germânico, no entanto, não invalida, nem tampouco diminui o valor da oposição metalinguagem de signo/metalinguagem de conteúdo para a lexicografia; preferimos encarar essa dicotomia como complementar à outra.

²⁴ Porto Dapena (2000) apresenta uma análise crítica dos conceitos de metalinguagem de signo e de conteúdo propostos por J. Rey-Debove e M. Seco.

A questão da metalinguagem da definição relaciona-se com o problema da natureza do “significado” – ou “conteúdo semântico” – das unidades léxicas, na medida em que, dependendo da natureza do significado, uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo – que responderia à expectativa inicial – pode tornar-se inviável. No que concerne ao problema da variedade de tipos de paráfrases definidoras, por sua vez, a questão da metalinguagem pode converter-se em um aspecto secundário em relação a alguns tipos específicos de paráfrases definidoras.²⁵

Procurar-se-á relacionar cada um dos problemas fundamentais concernentes à redação das paráfrases detectados acima à questão da metalinguagem da definição.

OS DIFERENTES TIPOS DE CONTEÚDO SEMÂNTICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA REDAÇÃO DAS PARÁFRASES DEFINIDORAS: A METALINGUAGEM E A VARIÁVEL “TEORIA SEMÂNTICA”

Coseriu (1978), ao propor os fundamentos de sua teoria lexicológica, distingue cinco tipos de significado. Para a lexicologia e a semântica lexical, os dois tipos de significados mais importantes são o lexical e o categorial (cf.: também LUTZEIER, 1985; ASCHENBERG, 2003). A partir dessa distinção fundamental entre significado lexical e significado categorial, propõe-se, no âmbito das teorias lexicológicas tradicionais, uma oposição entre “palavras lexicais” e “palavras gramaticais”²⁶. Embora seja, na prática, inviável uma definição concomitantemente taxonômica e opositiva tanto de palavra lexical como – e conseqüentemente – de palavra gramatical (cf.: por exemplo, BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011a; FARIAS, 2014; 2015; 2016), é inegável que o “conteúdo semântico” de um substantivo, de uma preposição ou conjunção e de um artigo ou pronome – para limitar-nos a apenas alguns exemplos – não será o mesmo.²⁷

Diante da inexorabilidade do fato de que o “conteúdo semântico” das unidades léxicas é diverso, não podendo, portanto, ser descrito da mesma forma, a (meta)lexicografia estabeleceu uma relação entre palavras lexicais e definições em metalinguagem de conteúdo, por um lado, e palavras gramaticais e definições em metalinguagem de signo, por outro (cf.: REY-DEBOVE, 1971, p. 171-172; 247-252; SECO, 2003, pp. 33-34).

As definições em metalinguagem de conteúdo são consideradas “definições próprias”, enquanto as definições em metalinguagem de signo são consideradas “definições impróprias” (cf. SECO, 2003, pp. 33-34). As definições próprias correspondem à definição *stricto sensu*, ou seja, informam o consulente sobre o “conteúdo semântico”

²⁵ A esse respeito, cf.: 3.2.

²⁶ Adotaram-se aqui as designações *palavras lexicais* e *palavras gramaticais*, fazendo-as corresponder, respectivamente, às designações *expressões que significam* e *expressões que não significam*, mais polêmicas que as primeiras, empregadas em trabalhos anteriores (Cf.: BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011a; FARIAS, 2014). Entre as designações mais recorrentes na literatura especializada, pode-se mencionar, ainda: *palavras lexicológicas*, *content / full / lexical words*, *Autosemantika*, *Kategorema*, *kategorematische Ausdrücke*, no primeiro caso, e *palavras categoremáticas*, *form / function / grammatical words*, *Synsemantika*, *Synkategorema*, *synkategorematische Ausdrücke*, no segundo caso (Cf.: LUTZEIER, 1985; HAUSMANN, 1995; MATTHEWS, 1997, s.v. *form word*; s.v. *function word*; s.v. *grammatical word*; s.v. *content word*; s.v. *lexical word*; BUSSMANN, 2008, s.v. *Autosemantikum*; s.v. *Synsemantikum*; GLÜCK, 2010, s.v. *Autosemantikum*; s.v. *Synsemantikon*).

²⁷ Para uma discussão exaustiva da relação entre os diferentes tipos de “conteúdo semântico” e a redação das paráfrases definidoras, cf.: Farias (2014).

da unidade léxica; as definições impróprias – também chamadas explicações –, ao contrário, não informariam o consulente sobre o “conteúdo semântico” da unidade léxica, mas explicariam *o que é, como se emprega e para que se emprega* o signo-lema (cf. SECO, 2003, pp. 33). Compare-se, a título de ilustração, as paráfrases transcritas abaixo. O grupo de paráfrases (8) corresponde a definições em metalinguagem de conteúdo de unidades léxicas tradicionalmente classificadas como palavras lexicais; já o grupo de paráfrases (9) corresponde a definições em metalinguagem de signo de unidades léxicas tradicionalmente classificadas como palavras gramaticais:

- (8) *silla* “Asiento con patas y respaldo, para una sola persona” (DUEe, 2001, s.v., ac. 1)
escudar “Proteger a alguien contra una amenaza o peligro” (DUEAe, 2003, s.v., ac. 1)²⁸
misandre “Qui a de la haine ou du mépris pour les hommes (II)” (PRobE, 2001, s.v.)
misérablement “De façon très malheureuse”; “Dans la pauvreté”; “Mesquinement” (PRobE, 2001, s.v., ac. 1, 2, 3)
- (9) *mas* “Exprime oposição ou restrição, ou causa de uma ação, etc.” (MiAu, 2008, s.v. *mas*¹, ac. 1)
hasta “Expresa el lugar en que termina un movimiento” (DUEe, 2001, s.v., ac. 1)
je “Pronom personnel de la première personne du singulier, sans distinction de genre, en fonction de sujet” (PRobE, 2001, s.v., ac. 1)
o “Determina substantivo masculino singular” (MiE, 1999, s.v. *o*²)

O quadro a seguir sintetiza a concepção tradicional da (meta)lexicografia em relação à metalinguagem da definição:

	Definição própria	Definição imprópria
Metalinguagem	Metalinguagem de conteúdo	Metalinguagem de signo
Âmbito de aplicação	“Palavras lexicais”: Substantivos, adjetivos, verbos, advérbios ²⁹	“Palavras gramaticais”: Conjunções, preposições, pronomes, artigos, interjeições
Exemplo de definição	<i>envelhecer</i> “tornar-se velho” (MiE, 1999, s.v., ac. 2)	<i>mas</i> “liga orações ou períodos com as mesmas propriedades sintáticas, introduzindo frase que denota basicamente oposição ou restrição ao que foi dito” (HouE, 2009, s.v., ac. 1)
Aplicação à prova da substituição	Estêvão <i>envelheceu</i> sem perder o charme. Estêvão <i>tornou-se velho</i> sem perder o charme.	Joana estudou pouco, <i>mas</i> foi aprovada no concurso. *Joana estudou pouco, <i>liga orações ou períodos com as mesmas propriedades sintáticas, introduzindo frase que denota basicamente oposição ou restrição ao que foi dito</i> foi aprovada no concurso.

Retornando à questão dos princípios redacionais e sua relação com a metalinguagem lexicográfica, a análise do quadro acima deixa evidente que a geração de definições em metalinguagem de signo – em princípio, a única possibilidade no caso das palavras gramaticais – derruba a suposta universalidade da *lei da sinonímia* – justamente um dos princípios basilares da redação das paráfrases definidoras – e junto com esse, também os (sub)princípios de identidade categorial e de concisão, abrangência e

²⁸ Nesse caso, o objeto direto explicitado na paráfrase definidora não forma parte do conteúdo semântico da definição, mas constitui seu contorno.

²⁹ Ainda que os advérbios sejam incluídos entre as “palavras lexicais”, a viabilidade de se oferecer definições em metalinguagem de conteúdo para essa classe de palavras em todos os casos é questionável (Cf., por exemplo, MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; SECO, 2003, p. 34).

circularidade caem por terra. Ademais, o princípio de análise se vê igualmente afetado, dada a impossibilidade de se realizar uma análise semântica no caso das palavras gramaticais – razão pela qual a semântica coseriana exclui do seu escopo de atuação as palavras que não apresentam significado lexical (cf. COSERIU, 1978)³⁰.

Não obstante, se, por um lado, o quadro apresentado acima põe em xeque a validade universal de alguns dos princípios redacionais basilares amplamente aceitos no âmbito (meta)lexicográfico, por outro lado, é preciso reconhecer que ele tampouco oferece uma visão “real” do problema.

Em primeiro lugar, sabe-se já que não é possível sustentar uma distinção *stricto sensu* entre o que chamamos “expressões com significado” e “expressões sem significado” – que aqui fazemos corresponder, respectivamente, aos de conceitos de palavra lexical e gramatical (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011a; FARIAS, 2014, 2015; 2016). Em relação à tarefa de elaborar as definições, por sua vez, a insustentabilidade da distinção proposta no âmbito das teorias lexicológicas tradicionais reflete-se em que nem sempre as palavras consideradas “lexicais” se deixam definir por metalinguagem de conteúdo, e, por outro lado, as palavras consideradas “gramaticais” podem, em muitos casos, definir-se mediante uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo. Assim, pois, o âmbito de aplicação de cada uma das metalinguagens não será tão estrito. Os exemplos apresentados em (10) e (11) ilustram o problema:

(10) *Arschloch* “verwendet al.s Schimpfwort für j-n, den man nicht mag” (LaGWDaF, 2008, s.v., ac.2)

(11) *gegen* “in Richtung auf j-n / etw. hin”; “in die Richtung, aus der j-d / etw. kommt”; “+ Zeitangabe; ungefähr zu dem genannten Zeitpunkt” (LaGWDaF, 2008, s.v., ac. 1, 2, 3)

Em segundo lugar, deve-se levar em “conta”, por um lado, que existem palavras lexicais que se definem com mais propriedade mediante metalinguagem de signo e *vice-versa*. Comparemos, a título de ilustração, a definição de *Arschloch* em (10) com a definição apresentada abaixo em (12):

(12) *Arschloch* “Person, auf die jemand wütend ist (oft als Schimpfwort)” (DUWe, 2015, s.v., ac. 2)

A esse respeito, Rey-Debove (1971, p. 172) já argumentava:

A metalinguagem de conteúdo é um enunciado que restitui o conteúdo do signo, SEM FALAR DO SIGNO. A metalinguagem de signo é um enunciado que fala do signo informando sobre o conteúdo do signo. [...] a metalinguagem de signo pode substituir a metalinguagem de conteúdo, mas não o contrário.³¹

Dessa forma, *todas as palavras* poderiam ser definidas por meio de metalinguagem de signo. Rey-Debove (1971), no entanto, corroborando as palavras de Weinreich (1967), adverte:

³⁰ Os princípios de autossuficiência, transparência e evasão da circularidade não se relacionam diretamente com o problema da metalinguagem lexicográfica. Tais princípios foram apresentados junto com os demais para oferecer um panorama completo do estado da arte na teoria / prática lexicográfica; as possíveis críticas a tais princípios já foram apresentadas oportunamente.

³¹ [La métalangue de contenu est un énoncé qui restitue le contenu du signe sans parler du signe. La métalangue de signe est un énoncé qui parle du signe, éventuellement en informant sur le contenu du signe. [...] la métalangue de signe peut relayer la métalangue de contenu, mais non l'inverse]

Trata-se, pois, de avaliar a necessidade da metalinguagem de signo, de observar se será sempre facultativa, e se não, em quais casos é obrigatória.

Começar-se-á por afirmar que é sempre possível, posto que a metalinguagem de signo está destinada especialmente ao discurso sobre os signos. Nada impede de definir *esquilo* como “Nome de um animal pequeno...”, ou “Palavra de frequência *n* que significa...” etc., afastando-se tanto quanto se deseje da análise do conteúdo: em última instância, tem-se uma definição de palavra como a caracterizamos [...]. Nenhuma das definições em metalinguagem de signo constitui uma análise semântica estrita; ela sempre contém outra coisa. Essencialmente uma informação sobre o emprego do signo (diz-se de, serve para, assinala etc.) e sobre a classe do signo (palavra, nome, onomatopeia etc.) [...].

A comparação das definições de *DFC* e *PL* demonstra-nos, por outro lado, que ela não é indispensável – isso já se sabe –, na maioria dos casos. (REY-DEBOVE, 1971, p. 249-250)³²

Em uma definição como a de *Arschloch* em (10), o emprego da metalinguagem de signo não é, portanto, um indício da “indefinibilidade” da palavra – nos termos que propõe Seco (2003) – tampouco um equívoco metodológico, como o mesmo autor defende. A metalinguagem de signo não somente é aceitável nesse caso, como se justifica plenamente, tendo em “conta” a dupla função que cumpre: informa sobre o “significado”, ou “conteúdo semântico”, do signo-lemma, ao mesmo tempo em que indica como se emprega. Proporciona-se, assim, ao usuário, além de uma informação estritamente semântica, também informações pragmáticas. Por meio da paráfrase transcrita em (10), indica-se ao usuário: (a) a qual “extensão” – no sentido de Frege (2008) – aplica-se a “intensão” que se descreve; e (b) em que contexto se emprega a palavra / expressão definida. A metalinguagem de conteúdo, por outro lado, como a análise da definição transcrita em (12) evidencia, não permitiria fazê-lo com tanta propriedade; além disso, deve-se considerar que a informação apresentada entre parênteses não corresponde à metalinguagem de conteúdo. Trata-se, portanto, de uma adequação da metalinguagem da definição ao tipo (ou aos tipos) de informação que se quer (ou se deve) oferecer ao usuário.

OS DIFERENTES TIPOS DE DEFINIÇÕES E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PRÁTICA LEXICOGRAFICA: A METALINGUAGEM E A VARIÁVEL “TAXONOMIA DE PARÁFRASES DEFINIDORAS”

O esquema clássico de definição, não obstante historicamente sempre tenha recebido maior atenção no âmbito (meta)lexicográfico, dista muito de ser o único modelo passível de emprego nos dicionários de língua. Casares (1992), por exemplo,

³² [Il s’agit donc d’estimer la nécessité de la métalangue de signe, de voir si elle est toujours facultative, et si non, dans quels cas elle est obligatoire.

On commencera par affirmer qu’elle est toujours possible, puisque la métalangue de signe est spécialement destinée au discours sur les signes. Rien n’empêche de définir *Écureuil* par «Nom d’un petit animal...», ou «Mot de fréquence *n* qui signifie...» etc., en s’éloignant autant qu’on le veut de l’analyse du contenu: à la limite, on a une «définition de mot» telle que nous l’avons caractérisée [...]. Aucune des définitions en métalangue de signe ne constitue une stricte analyse sémantique; elle contient toujours autre chose. Essentiellement une information sur l’emploi du signe (se dit, sert à, marque etc.) et sur la classe du signe (Mot, nom, onomatopée etc.) [...].

La comparaison des définitions de *DFC* et *PL* nous montre, d’autre part, qu’elle n’est pas indispensable – ce qu’on savait déjà –, dans la majorité des cas]

não somente apresentava as definições genéticas, teleológicas e descritivas como alternativa para a definição por *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*, como também propunha sua primazia sobre o modelo clássico em determinadas circunstâncias. Além disso, não se pode deixar de mencionar as inúmeras propostas de classificação das paráfrases definidoras, a exemplo de Bosque (1982), Ilson (1987) e Schlaefer (2009, pp. 94-97), sem esquecer o modelo taxonômico desenhado por Bugueño Miranda (2009) – posteriormente revisado e adaptado em Bugueño Miranda & Farias (2011b) e Farias (2013) – baseado em duas variáveis, sendo uma delas, justamente, a metalinguagem.

Não obstante as inúmeras possibilidades de reescritura que o lado direito da equação sêmica comporta, limitamo-nos, aqui, a contrapor o esquema clássico de definição a outros dois únicos padrões: a definição por meio de sinônimos e a chamada *whole-sentence definition*. As diferenças entre a aplicação de cada um dos modelos à definição de substantivos, por exemplo, podem ser apreciadas a seguir:

- (13) *stewardship* “the responsibilities connected with something” (LDEL, 2006, s.v.)
- (14) *stewardship* “care or management” (CDAE, 2006, s.v.)
- (15) *stewardship* “**Stewardship** is the responsibility of looking after property. (FORMAL)” (CCLDe, 2003, s.v.)

A análise subsequente da definição por sinônimos e da *whole-sentence definition* permitirá, por um lado, questionar a validade incondicional de dois dos princípios redacionais mais importantes – quais sejam, a lei da sinonímia e a análise componencial subjacente à paráfrase –, e, por outro lado, afastam o problema da metalinguagem do centro da discussão sobre a definição.

A DEFINIÇÃO POR SINÔNIMOS

A definição por sinônimos está presente na imensa maioria das obras lexicográficas – e aqui evitamos uma generalização simplesmente por não conhecer *todos* os dicionários do mundo –, além de, muito frequentemente, aparecer nas discussões (meta) lexicográficas como uma alternativa legítima à definição parafrástica. Correspondem às paráfrases que expressam o conteúdo semântico de uma unidade léxica por meio de um ou mais sinônimos (cf.: MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición por sinónimos*).

Uma paráfrase sinonímica pode ser considerada intensional – ou seja, formulada em metalinguagem de conteúdo –, na medida em que se entende por paráfrase uma “reescrita do significado de uma expressão linguística por meio de outra expressão ou por meio de várias outras expressões de uma mesma língua”³³ (ULRICH, 2002, s.v. *Paraphrase*). Ademais, poder-se-ia argumentar que à explanação do significado por meio de um ou mais sinônimos, de modo similar ao que ocorre com a explanação por meio de uma proposição, subjaz uma análise componencial do significado (cf., por exemplo, ZGUSTA, 1971, p. 261).

Não existe, contudo, um consenso entre os estudiosos sobre essa questão. Assim, pois, também seria legítimo considerar a paráfrase sinonímica como uma espécie de relação onomasiológica, na medida em que o conceito atua como um *tertium*

³³ [Wiedergabe der Bedeutung eines sprachl. [sc. sprachlichen] Ausdrucks durch einen anderen Ausdruck oder durch mehrere andere Ausdrücke derselben Sprache]

comparationis entre o signo-lema e o sinônimo (cf., por exemplo, CASAS GÓMEZ, 1995; HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *onomasiological dictionary*). Por essa razão, para Bugueño Miranda (2009), a definição por sinônimos figuraria também entre as definições extensionais – e corresponderia, portanto, a uma formulação em metalinguagem de signo.

Ressalta-se, ainda, que a definição por meio de sinônimos é considerada um vício por alguns autores, na medida em que propicia a geração de “círculos viciosos” (cf., por exemplo, MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; LANDAU, 2001, p. 157-160). Seu emprego, é, no entanto, legítimo, nos casos em que o sinônimo é mais esclarecedor que uma paráfrase (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011c). A título de ilustração, compare-se o comentário semântico nos verbetes transcritos em (16) e (17):

(16) *alcunha* “apelido, nome diferente” (MiLP, 1998, s.v.)

(17) *alcunha* “Cognome geralmente depreciativo que se põe a alguém, e pelo qual fica sendo conhecido, tirado de alguma particularidade física ou moral; apelido, apodo” (AuE, 2009, s.v., ac.1)

A funcionalidade da explanação do significado por meio de um sinônimo é evidenciada em LaGWDaF (2008). Nessa obra, a explanação do significado por meio de sinônimos atende explícita e sistematicamente – como se observa no seu prefácio – ao princípio de facilitar a compreensão do significado da unidade definida:

(18) *abgefeimt* “Adj; nicht adv, pej ▣ raffiniert, durchtrieben <ein Gauner, ein Schurke, ein Lügner>” (LaGWDaF, 2008, s.v.)

(19) *verzwick* “Adj; nicht adv, gespr ▣ kompliziert <e-e Angelegenheit, e-e Situation>” (LaGWDaF 2008: s.v.)

A paráfrase por sinônimos é um recurso reservado à explanação do significado de algumas (poucas) unidades léxicas marcadas estilisticamente em LaGWDaF (2008). Nesses casos, o sinônimo empregado como recurso explanatório deve ter uma frequência de uso bem mais alta que a do signo-lema³⁴ – fator de suma importância, especialmente tendo em vista que a obra se destina a aprendizes de alemão como língua estrangeira.

A WHOLE-SENTENCE DEFINITION³⁵

Ao modelo de *whole-sentence definition* subjaz uma concepção que é incompatível com o modelo *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* – tanto que o emprego de uma das fórmulas no dicionário exclui, normalmente, o emprego da outra.³⁶ Nesse sentido, as definições que seguem o estilo de *whole-sentence definitions* são a marca

³⁴ Em consultas realizadas por meio da ferramenta de busca *Google* (em 20.03.2016), encontramos 8.670 registros de *abgefeimt*, frente a 928.000 registros de *raffiniert* e 49.700 registros de *durchtrieben*, por um lado, e 75.500 registros de *verzwick*, frente a 3.150.000 registros de *kompliziert*, por outro lado.

³⁵ Em razão da ausência de um consenso em relação à designação desse tipo de definição no âmbito internacional, bem como da carência de um termo consagrado na (meta)lexicografia brasileira (Cf.: nota 36), optamos, neste trabalho, pelo uso da expressão *whole-sentence definition*, bem difundida e conhecida tanto internacional como nacionalmente.

³⁶ Uma das raras exceções é CDAE (2006), que mistura o estilo de definição tradicional com o estilo de *whole-sentence definition*.

registrada dos dicionários da linha *Collins COBUILD* – os responsáveis, aliás, por sua introdução (cf.: SVENSÉN, 2009, p. 235).³⁷

Svensén (2009) salienta que as *whole-sentence definitions* compõem-se de duas partes: uma “parte contextualizadora” [*contextualizing part*] e uma “parte explanatória” [*explanatory part*].³⁸ A presença dessa primeira parte dita “contextualizadora” – que, aliás, inviabiliza a aplicação da prova da substituição – é, justamente, o grande diferencial desse modelo em relação ao esquema tradicional de definição. As informações contextuais podem ser de vários tipos:

1. Informações sintáticas: A *whole-sentence definition* normalmente explicita, na parte contextualizadora de definições de verbos, as valências:³⁹

(20) *look* “If you **look** in a particular direction, you direct your eyes in that direction, especially so that you can see what is there or see what something is like”; “If you **look at** a book, newspaper, or magazine, you read it fairly quickly or read part of it”; “If someone, especially an expert, **looks at** something, they examine it, and then deal with it or say how it should be dealt with” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1, 2, 3)

2. Informações de padrões colocacionais: A indicação das colocações, além de servir basicamente para a produção linguística, revela-se uma informação efetivamente funcional em dicionários voltados para falantes não nativos – sejam eles bilíngues ou monolíngues⁴⁰. Daí a relevância da apresentação dessa informação nos dicionários da linha *Collins COBUILD*, como no exemplo a seguir:

(21) *mistake* “If you make a **mistake**, you do something which you did not intend to do, or which produces a result that you not want” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1)⁴¹

³⁷ Por essa razão, Svensén (2009) também chama esse modelo de definição de “*COBUILD definition*” – sendo *COBUILD* uma abreviatura para “*Collins Birmingham University International Language Database*”. Outras designações que recebe esta técnica definitória são “*full-sentence definition*” (Cf.: RUNDELL, 2008; SVENSÉN, 2009), “*definição sentencial*” [*sentential definition*] (Cf.: Geeraerts, 2003, p. 91), “*definição contextual*” [*contextual definition*] (Cf.: Lew; Dziemianko, 2006a; 2006b), ou ainda, no Brasil, *definição oracional* (Cf.: CARVALHO, 2011).

³⁸ A esse respeito, cf.: também Landau (2001, p. 64), Hanks (2003) e Lew & Dziemianko (2006a).

³⁹ Deve-se ressaltar, no entanto, que esse tipo de informação também costuma ser apresentada em definições redigidas segundo a fórmula *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*. Nesse caso, a definição normalmente apresenta as indicações da valência do verbo – pertinente, como vimos, à metalinguagem de signo – formalmente separada do conteúdo da definição – via de regra apresentado em metalinguagem de conteúdo – por meio de convenções gráficas, como parênteses, colchetes etc. (Cf.: SECO, 2003, p. 47-58). Svensén (2009, p. 237), não obstante, observa que esse tipo de indicação gráfica na paráfrase “não é muito amigável para o consulente” [(it) is not very use-friendly]. De fato, em Farias (2009a, p. 149-150), ao tratar-se do problema da apresentação das indicações de ordem sintática em dicionários de tipo escolar, advertíamos que a incorporação da indicação de valência nas paráfrases exige que se aprenda a equilibrar a exaustividade descritiva do fenômeno da complementação verbal em cada caso e a capacidade de compreensão do usuário – e não somente o escolar –, tanto em relação ao fato sintático em si como em relação à habilidade de consulta a uma obra de referência; é mister, pois, apresentar a indicação da valência da forma mais simples possível e restringir ao mínimo o uso de elementos semióticos que possam vir a perturbar a leitura.

⁴⁰ Para uma visão geral acerca do problema da identificação e do tratamento lexicográfico das colocações, cf.: f. Beneduzi (2008).

⁴¹ Ao contrário do que ocorre no caso anterior, este tipo de informação dificilmente poderia ser disponibilizado através de uma definição tradicional – ou mesmo através de uma definição por sinônimos –, de tal forma que seria necessário lançar mão de outros segmentos informativos no interior do verbete. Para ressaltar a diferença entre os resultados obtidos por meio da aplicação de ambos os tipos de definição, propõe-se comparar a paráfrase transcrita em (21) com a seguinte: *mistake* “an action or decision that is wrong or produces a result that is not correct or not intended: We all make mistakes. It was a mistake to come to this restaurant without a reservation. [+ to infinitive]” (CDAE, 2006, s.v., ac.1). Nesse caso, o dicionário lança mão de exemplos para explicitar o padrão colocacional aos usuários.

3. Informações pragmáticas: Landau (2001, p. 179) afirma que “[E]ssa técnica definatória [i.e., a *whole sentence definition*] tem a virtude de expressar imediatamente o uso em um contexto social como uma interação entre pessoas, enquanto uma técnica definatória tradicional é mais abstrata e menos satisfatória”⁴². Isso é válido, por exemplo, para definições como as transcritas a seguir:

- (22) *cute* “If you describe someone as **cute**, you think they are sexually attractive (mainly AM INFORMAL)” (CCLDe, 2003, s.v., ac.2)
- (23) *polite* “You can refer to people who consider themselves to be socially superior and to set standards of behaviour for everyone else as **polite society** or **polite company**.” (CCLDe, 2003, s.v., ac.2)

Em ambos os casos, não apenas se define o signo-lema, mas se explicita para o consultante o efeito de sentido que o emprego do lexema definido provoca⁴³.

Ainda sobre a parte contextualizadora da *whole-sentence definition*, Svensén (2009) acrescenta que ela pode estar formulada de diversas maneiras: (a) como um sintagma nominal, conectado à parte explanatória da definição por meio de um operador como *ser*: *building* “A **building** is a structure with a roof and walls” (CCLDe, 2004, s.v.); (b) como uma oração temporal ou condicional, introduzida por um operador como *quando* ou *se*: *eat* “When you **eat** something, you put it into your mouth, chew it, and swallow it” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1).⁴⁴

Em relação à parte explanatória da *whole-sentence definition*, Svensén (2009, p. 238) admite que “ela, em muitos sentidos, se parece a uma definição de tipo tradicional”⁴⁵. A título de ilustração, propomos a comparação entre *whole-sentence definitions* e paráfrases segundo o modelo clássico:

- (24) *man* “A **man** is an adult male human being” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1)
man “an adult male human” (OALD, 2005, s.v., ac.1)
- (25) *walk* “When you **walk**, you move forward by putting one foot in front of the other in a regular way” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1)
walk “to move along by putting one foot in front of the other, or to move (a distance) in this way” (CDAE, 2006, s.v., ac.1)

Svensén (2009), levando em “conta” apenas a parte explanatória da *whole-sentence definition*, admite que a diferença entre este tipo de definição e a paráfrase tradicional estriba basicamente em: (a) a *whole-sentence definition*, por corresponder a

⁴² [This style of defining [i.e., a *whole-sentence definition*] has the virtue of immediately putting the usage in a social context as an interaction between people, whereas a traditional defining style is more abstract and less satisfactory]

⁴³ A título de ilustração, compare-se as definições apresentadas acima com as definições tradicionais *cute* “(informal, especially NAmE) sexually attractive.” (OALD, 2005, s.v., ac.2) e *polite* “[only before noun] from a class of society that believes it is better than others.” (OALD, 2005, s.v., ac.3).

⁴⁴ A respeito dessa fórmula definatória em particular, Svensén (2009, p. 237-238) chama a atenção para o fato de que determinados verbos com significado negativo não admitem o pronome *you*, uma vez que seu emprego poderia sugerir a realização da ação expressa pelo usuário. Em tais situações, emprega-se um pronome indefinido: *burp* “When someone **burps**, they make a noise because air from their stomach has been forced up through their throat” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1); *murder* “To **murder** someone means to commit the crime of killing them deliberately” (CCLDe, 2003, s.v., ac.2).

⁴⁵ [it in many ways resembles a definition of the traditional type]

uma sentença completa, apresenta, em muitos casos, um pronome anafórico na parte explanatória, que remete, evidentemente, à parte contextualizadora;⁴⁶ (b) a *whole-sentence definition*, na medida em que se concentra sobre o significado do signo-lemma no contexto explicitado na primeira parte da sentença, oferece informações sobre os traços mais típicos – ou seja, os traços necessários, mas não suficientes.

Em relação ao primeiro aspecto, pode-se argumentar que, no caso das definições de substantivos, por exemplo, praticamente não há diferença entre o resultado obtido por meio de uma *whole-sentence definition* ou de uma definição tradicional, já que a primeira parte da definição, que deveria contextualizar o signo-lemma, muitas vezes, perde sua funcionalidade. Nesse sentido, Landau (2001, p. 180) já advertia que as *whole-sentence definitions* não seriam uma boa ferramenta para a definição de alguns substantivos, servindo de forma mais eficiente à definição de verbos e de muitos adjetivos e advérbios. Svensén (2009, p. 240), por seu turno, mesmo pontuando que as “*full-sentence definitions* são, frequentemente, mais efetivas do que as definições de tipo tradicional”⁴⁷ – opinião, aliás, da qual não compartilhamos (cf.: *ad infra*) –, admite que “elas não representam o estilo mais apropriado de definir em todas as situações”.⁴⁸

Em relação ao segundo aspecto, deve-se ressaltar que o conteúdo da parte definitória das *whole-sentence definitions* tampouco difere muito do conteúdo das definições tradicionais. Em Farias (2009b), por exemplo, procuramos atrelar a formulação das definições dos dicionários da linha *Collins COBUILD* a um modelo semântico cognitivo em contraste com as definições tradicionais – historicamente ligadas a um modelo semântico estrutural. Os resultados obtidos nesse estudo – e posteriormente corroborados em Farias (2009a) e Bugueño Miranda & Farias (2011b; 2013a; 2013b) – demonstram que tal relação é equívoca, na medida em que se verificou não haver uma diferença pronunciada em relação à capacidade explanatória de ambas as técnicas definitórias. Nesse sentido, Nesi (1998, p. 163) – embora o foco de sua pesquisa não tenha sido a comparação entre os diferentes estilos definitórios – advertia que “[A]lgumas das palavra-entradas [...] pareciam ser muito mais problemáticas do que outras, não obstante o estilo definitório empregado”.⁴⁹ Isso nos leva a crer, portanto, que a capacidade explanatória de uma paráfrase não está diretamente relacionada ao estilo de definir empregado. O cotejo entre ambas as técnicas definitórias revela, ainda, que, se por um lado, as *whole-sentence definitions* nem sempre contemplam a apresentação de elementos prototípicos na sua redação, por outro lado, este tipo de informação vem ganhando cada vez mais espaço nas paráfrases por *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* (cf. também SVENSÉN, 2009, p. 224-226). Isso significa que, pelo menos no que diz respeito à definição dos substantivos, salvo pelo fato de que as *whole-sentence definitions* apresentam-se formalmente como uma sentença completa, não há uma diferença significativa entre o resultado final alcançado com o emprego de uma ou de outra técnica.

⁴⁶ Por exemplo: *love* “When two people **make love**, they have sex” (CCLDe, 2003, s.v., ac.19) e *want* “If you **want for** something, you lack it” (CDAE, 2006, s.v.).

⁴⁷ [Full-sentence definitions are often more effective than definitions of the traditional type]

⁴⁸ [they do not represent the most appropriate defining style in all situations]

⁴⁹ [Some of the headwords [...] seemed to be much more problematic than others whatever the defining style employed]

Por fim, a técnica de *whole-sentence definition*, ao introduzir uma parte contextualizadora na definição, alija completamente a discussão sobre a metalinguagem definidora – o que, conseqüentemente, inviabiliza sua classificação, por exemplo, no marco de um modelo taxonômico como o proposto por Bugueño Miranda (2009), que tem como um de seus parâmetros fundamentais a metalinguagem.

No que concerne aos princípios redacionais básicos, é evidente a impossibilidade de adequação ao princípio de sinonímia. Não obstante, se recordamos a crítica de Farias (2009b), reconhecemos que não necessariamente se inviabiliza a aplicação do princípio de análise, uma vez que também às *whole-sentence definitions* pode subjazer – e, de fato, na maior parte das vezes, é o que acontece – um modelo semântico formal ou estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição tecida ao longo deste estudo atende aos dois objetivos iniciais propostos. Primeiramente, a partir da perspectiva de uma teoria metalexigráfica, analisou-se a relação que se estabelece entre os princípios básicos de redação das paráfrases definidoras e a metalinguagem. A avaliação dos princípios redacionais permitiu identificar uma série de problemas que limitam sua aplicabilidade no âmbito da prática lexicográfica. A análise ressaltou que os princípios redacionais de um modo geral – e ainda que um olhar mais acurado evidencie uma estreita relação com a questão da metalinguagem lexicográfica – não levam em "conta" esse aspecto: parece ser que os princípios redacionais básicos têm sido (re)formulados e (re)discutidos ao longo dos anos de maneira independente e completamente alheia ao problema da metalinguagem.

Por sua vez, no âmbito da prática lexicográfica, a questão da metalinguagem afeta a formulação da paráfrase definidora tanto do ponto de vista formal (tipo de paráfrase) como do ponto de vista do seu conteúdo proposicional (seleção das informações apresentadas, com base em um determinado modelo semântico). Com relação ao primeiro aspecto, deve-se considerar que é possível formular distintos tipos de paráfrases definidoras, em metalinguagem de conteúdo ou de signo, e que, em cada caso, operarão princípios redacionais próprios – nem sempre coincidentes com os princípios redacionais básicos descritos na primeira parte do artigo. Ademais, na formulação de alguns tipos de paráfrases – como a definição por sinônimos e a *whole-sentence definition* – a metalinguagem não assumirá um papel primordial. Já com relação ao segundo aspecto, recordam-se aqui os diversos estudos realizados anteriormente (cf.: BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011a; FARIAS, 2014; 2015; 2016), que demonstraram que não há uma relação tão estrita entre o tipo de metalinguagem e a categoria morfológica / o conteúdo semântico do signo-lema.

Por fim, não obstante o estudo questione e ressalte as limitações tanto dos princípios redacionais básicos como da metalinguagem da definição, deve ficar claro que não se nega, em nenhum momento, seu valor (meta)lexicográfico. Muito pelo contrário, o que se deseja ressaltar é a necessidade de se repensar a maneira como esses aspectos são apresentados no âmbito de uma teoria da definição lexicográfica, evitando-se generalizações que não correspondem à realidade e, ao mesmo tempo, tratando de identificar suas restrições de aplicação.

REFERÊNCIAS

- ASCHENBERG, H. Teoría de la gramática. La concepción de Eugenio Coseriu. **Odisea**, n. 3, pp. 55-68, 2003. Disponível em: <http://www.ual.es/odisea/Odisea03_Aschenberg.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.
- ATKINS, B. T. S.; RUNDELL, M. **The Oxford Guide to Practical Lexicography**. Oxford: OUP, 2008.
- AuE. FERREIRA, A.B. de H. (Coord.). **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- BENEDUZI, R. Análise das definições em quatro dicionários semasiológicos da língua portuguesa e propostas de emendas. **Ao Pé da Letra**, v. 6, n. 2, pp. 187-195, 2004. Disponível em: <http://www.revistaaopedaletra.net/volumes/vol%206.2/Renata_Beneduzi-Analise_das_definicoes_em_quatro_dicionarios_semasiologicos_da_lingua_portuguesa_e_propostas_de_emendas.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- _____. **Colocações substantivo + adjetivo**: propostas para sua identificação e tratamento lexicográfico em dicionários ativos português-espanhol. 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em Lexicografia e Terminologia) – Mestrado em Letras: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BENEDUZI, R.; BUGUEÑO MIRANDA, F. V.; FARIAS, V. Avanços na redação de um dicionário de falsos amigos espanhol-português. **Lusorama**, n. 61-62, pp. 195-219, 2005.
- BOSQUE, I. Sobre la teoría de la definición lexicográfica. **Verba**, v. 9, pp. 105-123, 1982.
- BUGUEÑO MIRANDA, F.f. V. v. Notícia sobre o comentário de forma e o comentário semântico em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. **Expressão**, v. 8, n. 1, pp. 89-93, 2004.
- _____. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. **Alfa**, v. 53, n. 1, pp. 243-260, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1686/1367>>. Acesso em: 22 jul. 2015.
- BUGUEÑO MIRANDA, F. V.; FARIAS, S. Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica. _____, v. 55, n. 1, pp. 31-61, 2011a. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4167/3765>>. Acesso em: 22 jul. 2015.
- _____. Sobre las palabras y su clasificación según su contenido. Los problemas para el lexicógrafo. **Revista de Filología de la Universidad de La Laguna**, n. 29, pp. 9-19, 2011b.
- _____. Da microestrutura em dicionários semasiológicos do português e seus problemas. **Estudos da Língua(gem)**, v. 9, pp. 36-69, 2011c.
- _____. Los subsidios de tres teorías semánticas para la generación de definiciones lexicográficas. **Revista de Filología de la Universidad de La Laguna**, n. 31, pp. 19-34, 2013a.
- _____. Teorías semánticas y definición lexicográfica. Análisis de las paráfrasis explicativas de los diccionarios generales de lengua española. **Cadernos de Tradução**, n. 32, v. 2, pp. 183-225, 2013b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/30315/25500>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- BUßMANN, H. **Lexikon der Sprachwissenschaft**. 4. Aufl. Stuttgart: Alfred Kröner, 2008.

- CANELLADA, M. J. Problemas de los diccionarios. **NRFH**, v. 36, n. 1, pp. 123-130, 1988.
- CARVALHO, O. L. de S. Dicionários escolares: definição oracional e texto lexicográfico. In: ____.; BAGNO, M. (Orgs.). **Dicionários escolares: políticas, formas e usos**. São Paulo: Parábola, 2011. pp. 87-104
- CASARES, J. **Introducción a la lexicografía moderna**. 3. ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.
- CASAS GÓMEZ, M. Implicaciones léxicas de los niveles del significar. In: HOINKES, U. (Hrsg.). **Panorama der lexikalischen Semantik**. Tübingen: Narr Verlag, 1995. pp. 101-112
- CcLD. **Collins Cobuild Compact English Learner's Dictionary**. Glasgow; São Paulo: HarperCollins; Disal, 2004.
- CCLDe. SINCLAIR, J. (Ed.). **Collins COBUILD Advanced Learner's Dictionary**. Glasgow: HarperCollins, 2003.
- CDAE. LANDAU, S. (Ed.). **Cambridge Dictionary of American English**. 7.^a ed. Cambridge: CUP, 2006.
- COSERIU, E. El estudio funcional del vocabulario (compendio de lexemática). In: _____. **Gramática, semántica, universales**. Estudios de lingüística funcional. Madrid: Gredos, 1978. pp. 206-239
- DGW. DUDEN. **Das große Wörterbuch der deutschen Sprache: in zehn Bänden**. 3. Aufl. Berlin: Duden Verlag, 1999.
- DUBOIS, J.; DUBOIS, C. **Introduction à la lexicographie: le dictionnaire**. Paris: Librairie Larousse, 1971.
- DUEAe. VOX. **Diccionario de uso del español de América y España**. Barcelona: SPES, 2003.
- DUEe. MOLINER, M. **Diccionario de uso del español**. Madrid: Gredos, 2001.
- DUWe. DUDEN. **Duden online**. Berlin: Dudenverlag, 2015. Disponível em: <www.duden.de>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- FARIAS, V. S. **Desenho de um dicionário escolar de língua portuguesa**. 2009. 286 f. Dissertação (Mestrado em Lexicografia e Terminologia) – Mestrado em Letras: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009a.
- _____. *Whole-sentence definition versus definição por genus proximum + differentiae specificae: Um contraste entre duas técnicas definitórias*. **Estudos da Linguagem**, v. 17, n. 1, pp. 73-100, 2009b.
- _____. Aplicação da semântica das condições de verdade à redação das definições nos dicionários semasiológicos. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 12, n. 1, pp. 181-204, 2012.
- _____. **Sobre a definição lexicográfica e seus problemas. Fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios em dicionários semasiológicos**. 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Lexicografia e Terminologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. O legado das teorias lexicológicas tradicionais para a práxis lexicográfica: uma discussão sobre a metalinguagem da definição (com ênfase nos dicionários de língua espanhola). **Caligrama**: revista de estudos românicos, v. 19, n. 2, pp. 151-177, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/6192>>. Acesso em: 07 set. 2015

_____. A descrição de palavras gramaticais em dicionários semasiológicos: O estado da arte na prática lexicográfica e projeções para o futuro. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 19, 2015, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**, v. XIX, n. 2. – Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015. pp. 54-76. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/02/004.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. Desafios na descrição de palavras gramaticais do ponto de vista da semântica lexical e da (meta)lexicografia. **Revista Travessias**, v. 10, n. 2, pp. 231-261, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/issue/view/816/showToc>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

_____. ¿Cómo definir sustantivos que designan sentimientos/emociones? Análisis de paráfrasis y apreciación de propuestas para su perfeccionamiento. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 25, n. 1, pp. 179-216, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10945/9653>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

FORNARI, M. K. O tratamento lexicográfico das palavras gramaticais: discussão teórica e análise de verbetes. **Revista Travessias**, v. 3, n. 3, pp. 167-199, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3463/2757>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

FREGE, G. **Grundgesetze der Arithmetik**. Band 1. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1962.

_____. Über Sinn und Bedeutung. In: PATZIG, G. (Hrsg.). *Funktion, Begriff, Bedeutung*. Fünf logische Studien. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008. pp. 23-46

GEERAERTS, D. Meaning and definition. In: STERKENBURG, P. (Ed.). **A practical guide to Lexicography**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. pp. 83-93

GLÜCK, H. (Hrsg.). **Metzler Lexikon Sprache**. 4.Aufl. Stuttgart: Metzler, 2010.

HANKS, p. Definitions and Explanations. In: HARTMANN, R. R. K. (Ed.). **Lexicography. Critical concepts**. . Lexicography, Metalexigraphy and Reference Science. London; New York: Routledge, 2003. v. 3, pp. 191-206

HARTMANN, R. R. K. **Teaching and Researching Lexicography**. London: Longman, 2001.

_____; JAMES, G. **Dictionary of lexicography**. London; New York: Routledge, 2001.

HAUSMANN, F. J. Wörterbuchtypologie. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. pp. 968-988.

_____. Von der Unmöglichkeit der kontrastiven Lexikologie. In: KROMANN, H. P.; KJÆR, A. L. (Hrsg.). **Von der Allgegenwart der Lexikologie: kontrastive Lexikologie als Vorstufe zur zweisprachigen Lexikographie**; Akten des internationalen Werkstattgesprächs zur kontrastiven Lexikologie, 29.-30.10.1994 in Kopenhagen. Tübingen: Max Niemeyer, 1995. pp. 19-23.

- HouE. HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ILSON, R. F. Towards a taxonomy of dictionary definitions. In: _____. (Ed.). **A spectrum of lexicography**. Amsterdam: John Benjamins, 1987. pp. 61-73
- JACKSON, H. **Lexicography**. An introduction. London; New York: Routledge, 2002.
- KÜHN, P. Typologie der Wörterbücher nach Benutzungsmöglichkeiten. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. pp. 111-127.
- LaGWDaF. GÖTZ, D.; HAENSCH, G.; WELLMANN, H. **Langenscheidt Growörterbuch Deutsch als Fremdsprache**. Berlin; München: Langenscheidt, 2008.
- LANDAU, S. **Dictionaries. The art and craft of lexicography**. 2. ed. Cambridge: CUP, 2001.
- LANG, E. Probleme der Beschreibung von Konjunktionen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsg.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p. 862-868
- LARA, L. F. **Teoría del diccionario monolingüe**. México, (D.F.): El Colegio de México; Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996.
- LDEL. LONGMAN. **Dictionary of English Language and Culture**. 3. ed. Essex: Pearson; Longman, 2006.
- LEW, R.; DZIEMIANKO, A. Non-standard dictionary definitions: what they cannot tell native speakers of polish. **Cadernos de Tradução**, n. 18, pp. 275-294, 2006a.
- _____. A new type of folk-inspired definition in English monolingual learner's dictionaries and its usefulness for conveying syntactic information. **International Journal of Lexicography**, v. 19, n. 3, pp. 225-242, 2006b.
- LUTZEIER, P. R. **Linguistische Semantik**. Stuttgart: Metzler, 1985.
- MARTÍNEZ DE SOUZA, J. **Diccionario de lexicografía práctica**. Barcelona: Bibliograf, 1995.
- _____. **Manual básico de lexicografía**. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2009.
- MATTHEWS, P. **The Concise Oxford Dictionary of Linguistics**. Oxford; New York: OUP, 1997.
- MEDINA GUERRA, A. M. La microestructura del diccionario: la definición. In: _____. (Coord.). **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel, 2003. pp. 127-150
- MiAu. FERREIRA, A.B. de H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.
- MiE. MICHAELIS. **Modern dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1999.
- MiLP. SCOTTINI, A. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. Blumenau: Edições TodoLivro, 1998.
- MiMe. MELHORAMENTOS. **Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

- NESI, H. Defining a Shoehorn: the Success of Learners' Dictionary Entries for Concrete Nouns. In: ATKINS, B. T. S. (Ed.). **Using Dictionaries**. Studies of Dictionary Use by Language Learners and Translators. Tübingen: Max Niemeyer, 1998. pp. 159-178
- OALD. HORNBY, A. S. **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 7. ed. Oxford: OUP, 2005.
- PCDIIt. MARTINS FONTES. **Parola chiave: dizionario di italiano per brasiliani**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PGWDaF. WOLSKI, W. **Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache**. Stuttgart: Pons, 2011.
- PORTO DAPENA, J. A. Metalenguaje y lexicografía. **Revista de Lexicografía**, n. 6, pp.127-151, 2000.
- _____. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.
- POTTIER, B. A definição semântica nos dicionários. Tradução: Maria Angela Botelho Pereira. In: LOBATO, L. M. P. (Ed.). **A semântica na lingüística moderna: o léxico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. pp. 21-31
- PROB. LE ROBERT. **Le Nouveau Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française**. Paris: Le Robert, 2001.
- REY-DEBOVE, J. La définition lexicographique: recherches sur l'équation sémique. **Cahiers de Lexicologie**, v. 8, n. 1, pp. 71-94, 1966.
- _____. **Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains**. The Hague; Paris: Mouton, 1971.
- _____. La métalangue lexicographique: formes et fonctions en lexicographie monolingue. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. pp. 305-312.
- RUNDELL, M. More than one way to skin a cat: Why full-sentence definitions have not been universally adopted. In: FONTENELLE, Th. (Ed.). **Practical lexicography: a reader**. Oxford: OUP, 2008. pp. 197-209
- SCHLAEFER, M. **Lexikologie und Lexikographie**. Eine Einführung am Beispiel deutscher Wörterbücher. 2.Aufl. Berlin: Erich Schmidt, 2009.
- SECO, M. **Estudios de Lexicografía Española**. 2. ed. Madrid: Gredos, 2003.
- SVENSÉN, B. **A Handbook of Lexicography**. The Theory and Practice of Dictionary-Making. Cambridge: CUP, 2009.
- THUMB, J. **Dictionary look-up strategies and the bilingualised learner's dictionary**. Tübingen: Max Niemeyer, 2004.
- ULRICH, W. **Wörterbuch linguistischer Begriffe**. 5. Aufl. Berlin; Stuttgart: Gebrüder Borntraeger, 2002.
- WEINREICH, U. Lexicographic definition in descriptive semantics. In: HOUSEHOLDER, F. W.; SAPORTA, S. **Problems in Lexicography**. Bloomington: Indiana University; Mouton & Co., 1967. pp. 25-44.

- WERNER, R. La definición lexicográfica. In: HAENSCH, G. et al. **La lexicografía**. De la lexicografía práctica a la lexicografía teórica. Madrid: Gredos, 1982. pp. 259-328
- WIEGAND, H. E. Zur Bedeutungserläuterung von Satzadverbien in einsprachigen Wörterbüchern. Ein Beitrag zur praktischen Lexikologie. In: MENTRUP, W. (Hrsg.). **Konzepte zur Lexikographie**. Studien zur Bedeutungserklärung in einsprachigen Wörterbüchern. Tübingen: Max Niemeyer, 1982. pp. 103-132
- _____. Der Begriff der Mikrostruktur: Geschichte, Probleme, Perspektiven. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989a. pp. 409-462
- _____. Arten von Mikrostrukturen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: _____. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989b. pp. 462-501
- _____. Die lexikographische Definition im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: _____. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989c. pp. 530-573
- _____. Synonymy and its Role in Monolingual Lexicography. In: IMMKEN, A.; WOLSKI, W. (Ed.). **Semantics and Lexicography**. Selected Studies (1976-1996). Tübingen: Max Niemeyer, 1999a. pp. 11-53
- _____. A New Theory of the So-called Lexicographic Definition. In: _____. **Semantics and Lexicography**. Selected Studies (1976-1996). Tübingen: Max Niemeyer, 1999b. pp. 153-201
- _____. Elements of a Theory towards a So-called Lexicographic Definition. In: _____. **Semantics and Lexicography**. Selected Studies (1976-1996). Tübingen: Max Niemeyer, 1999c. pp. 203-281
- WOLSKI, W. Die Beschreibung von Modalpartikeln im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsg.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. pp. 805-814
- ZGUSTA, L. **Manual of Lexicography**. Prague; Paris: Academia; Mouton, 1971.
- ZVLI. ZINGARELLI, N. **Vocabolario della lingua italiana**. Bologna: Zanichelli, 2011.